



Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.

CNPJ/MF Nº 08.259.544/0001-84

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais - R\$)				Demonstrações dos resultados - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$), exceto o lucro líquido por ação				Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais - R\$)				
Ativo / Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo / Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023	
Caixa e equivalentes de caixa	6	94.221	84.052	Passivos de arrendamentos	11	1.901	2.942	Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				
Contas a receber de clientes	7	66.459	44.202	Empréstimos e debêntures	12	35.347	23.213					
Estoques		1.410	1.997	Fornecedores e outras contas a pagar	13	14.188	15.336					
Impostos a recuperar	8	2.696	1.955	Obrigações fiscais e trabalhistas	14	20.229	20.720					
Despesas pagas antecipadamente	9	616	2.215	Adiantamento de clientes		1.391	586					
Outros ativos		2.531	4.077	Dividendos a pagar	17.d	20.381	381					
		167.933	138.498			93.437	63.178					
Não circulante				Não circulante								
Depósitos judiciais e cauções	16	95	588	Passivos de arrendamentos	11	5.395	7.608					
Outras contas a receber	16	1.109	1.134	Empréstimos e debêntures	12	101.312	153.085					
Impostos diferidos ativo	15	33.569	29.919	Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	1.067					
Imobilizado	10	185.016	203.438	Provisão para demandas judiciais	16	659	1.209					
Intangível		931	1.231			107.366	162.969					
		220.720	236.310	Patrimônio líquido								
				Capital social		88.043	57.378					
				Reserva de lucros		88.043	52.903					
				Lucro à disposição da Assembleia		6.052	30.666					
				Ajustes de avaliação patrimonial		5.712	7.714					
				Total do patrimônio líquido	17	187.850	148.661					
				Total do passivo e patrimônio líquido		388.653	374.808					
Total do ativo		388.653	374.808			388.653	374.808					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais - R\$)												
	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva	Lucro à disposição da Assembleia	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total				
Saldo em 01 de janeiro de 2023		57.378	47.328	4.085	-	10.347	-	119.138				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.806	29.806				
Destinação do resultado do exercício:												
Reserva legal	17c	-	-	1.490	-	-	(1.490)	(283)				
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(283)	(283)				
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	17.b	-	-	-	-	(2.633)	2.633	-				
Transferência para reserva de lucros	17.d	-	-	-	30.666	-	(30.666)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		57.378	47.328	5.575	30.666	7.714	-	148.661				
Aumento de capital social	17.a	30.665	-	-	(30.665)	-	-	-				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	59.189	59.189				
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	-	-	-	(19.438)	(19.438)				
Destinação do resultado do exercício:												
Reserva legal	17c	-	-	2.959	-	-	(2.959)	(562)				
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(562)	(562)				
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	17.b	-	-	-	-	(2.002)	2.002	-				
Transferência para reserva de lucros	17.d	-	-	-	6.052	-	(38.232)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2024		88.043	79.509	8.534	6.052	5.712	-	187.850				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. ("Tópico", ou a "Companhia") é uma Companhia de capital fechado no segmento de soluções de infraestrutura flexível, fabricante das próprias estruturas de aço, lona e zinco. Presta também serviços de montagem, desmontagem e manutenção das estruturas. A Companhia foi constituída em 1979, historicamente fundada para atender a demanda de toldos e coberturas de lona. Ao longo dos anos, especializou-se em estruturas de armazenagem. Em 18 de agosto de 2006, a Companhia tornou-se "Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias Ltda.". Em 15 de agosto de 2014 a Companhia transformou-se em sociedade anônima, de capital fechado, quando então passou a ser denominada "Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.". Em 23 de dezembro de 2014, o fundo de Private Equity Southern Cross Group adquiriu participação de 70% na Tópico através da empresa SCG IV Holding S.A. A Companhia tem sede na Avenida Jorge Alfredo Camasmie, número 122, no Bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - Lote 20 - Quadra C, na cidade de Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. Ao preparar as demonstrações financeiras, a Diretoria realizou a avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando para o próximo exercício. O capital circulante líquido "CCL" da Companhia em 2024, estava positivo em R\$74.496 e (R\$75.320 em 2023), respectivamente, além disso a Companhia apresentou lucro líquido no exercício de 2024. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Diretoria concluiu não existir incertezas e tampouco dúvidas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025. a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar certas diferenças não significativas de arredondamento entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos significativos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhiaapura suas estimativas com relação ao futuro e premissas subjacentes. Quaisquer mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) **Julgamentos e estimativas:** As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que têm um risco significativo de resultar em ajustes materiais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 7 - Mensuração de perdas de crédito esperada para contas a receber de clientes; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 10 - Ativo imobilizado: determinação da vida útil e teste de redução ao valor recuperável; • Nota explicativa 15 - Reconhecimento de tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, bem como a incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; • Nota explicativa 16 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; b) **Mensuração dos valores justos:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis com uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de apresentação no momento que a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 21 - Instrumentos financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, a menos que seja indicado de outra forma. a) **Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, se houver, são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio determinada naquela data. b) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é calculado ao custo amortizado se atender às duas condições a seguir e não for designado pelo VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para cobrança de fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos

contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são mensurados a VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O lucro líquido, incluindo quaisquer juros, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável (*impairment*). A receita de juros, e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

ii) **Desreconhecimento (baixa):** A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou a Companhia não controla ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e não retém o controle do ativo financeiro. iv) **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. i) **Desreconhecimento (baixa):** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. ii) **Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas de créditos esperadas sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas em um valor igual às Provisões para perdas de créditos esperadas ao longo da vida útil. A carteira de clientes da Companhia em 2024 é composta por aproximadamente 543 clientes (516 em 2023), sendo que em ambos os exercícios, nenhum representa mais de 10% da receita líquida da Companhia. Consequentemente, o alto volume de clientes minimiza o risco de impactos significativos provocados pela inadimplência. Adicionalmente, a Companhia limita a exposição ao risco de crédito do contas a receber de clientes, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um a dois meses para os clientes. Considerando a baixa concentração da carteira, a Companhia adota o seguinte critério: com base em um percentual histórico de perdas efetivas da sua carteira, a provisão para perdas esperadas é calculada com base na aplicação de uma taxa média ponderada de perda esperada sobre o valor total do saldo de contas a receber. Essa taxa média ponderada de perda esperada é calculada dividindo-se o valor registrado como perda efetiva pela receita líquida anual. Essa taxa de perda esperada é revisada a cada data de apresentação, a menos que intervalos menores sejam necessários. A análise específica para clientes individuais é realizada quando qualquer situação específica for identificada. A provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o ativo financeiro pelo valor contábil bruto, com base na experiência histórica de 12 meses de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera uma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos ao cumprimento da lei, a fim de cumprir os procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. c) **Estoques:** Os estoques de peças e componentes são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de peças e componentes são valorizados pelo custo de produção, ajustados ao valor realizável líquido. Os estoques de peças e componentes, são utilizados para manutenção e revenda para terceiros. Além disso, quando necessário, uma perda para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques. d) **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia determina se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se o contrato transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia usa a definição de arrendamento contida no CPC 06 (R2) /IFRS 16. i) **Políticas contábeis:** i) **Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação ao contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que

dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com a garantia de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento no balanço patrimonial. Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. ii) **Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Não existem contratos de arrendamento financeiro em que a Companhia seja arrendadora. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia reconhece os arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento, como parte da sua receita operacional. De maneira geral, as políticas contábeis aplicáveis à Companhia como arrendadora no período comparativo não diferem daquelas do CPC 06 (R2) /IFRS 16. Exceto em raras circunstâncias, os produtos da Companhia são personalizadas para qualquer segmento de clientes, razão pela qual não há um risco significativo associado aos direitos retidos sobre os ativos subjacentes. Uma vez que os contratos de arrendamento forem encerrados, caso não sejam renovados, a Companhia prossegue com a desmontagem e customização do ativo para atender a outros contratos de arrendamento ou vende os ativos. Consequentemente, em função dessas particularidades dos ativos arrendados, não há acordos de recompra, garantia de valor residual ou outro tipo de instrumento utilizado para o gerenciamento desse risco, uma vez que a Administração o considera não significativo. e) **Ativo imobilizado:** i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção dos Galpões, que quando aplicável, inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do ativo imobilizado têm vidas úteis diferentes, elas são registradas como itens separados (componentes principais) do imobilizado. Eventuais ganhos e perdas na alienação de itens do ativo imobilizado são reconhecidas na rubrica de receitas operacionais. ii) **Custos subsequentes:** Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e anterior são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Instalações	10 anos
Estruturas	15 anos
Ferramentas	5 anos
Coberturas	11 anos
Porta paletes	7 anos
Acessórios e componentes	11 anos
Benefícios em imóveis de terceiros	25 anos
Ativos de direito de uso	2 a 5 anos

As vidas úteis são revistas e ajustadas apropriadamente, a cada data de apresentação. f) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos), para apurar se há qualquer indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa ("UGC"). O valor recuperável de um ativo ou "UGC" é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da "UGC". Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou "UGC" exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. g) **Provisão de perda de crédito esperada:** O cálculo da provisão é baseado em um percentual histórico de perdas efetivas, aplicando uma taxa média ponderada sobre o valor total das contas a receber, revisada periodicamente. Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a provisão para redução ao valor recuperável é deduzida do valor contábil bruto, sendo baixada quando não há expectativa de recebimento. A Tópico realiza baixas individuais com base na experiência histórica de recuperação de receitas similares ao longo de 12 meses, mantendo controle paralelo para receitas futuras. h) **Provisão para riscos processuais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada processo e apoiada na opinião do consultor jurídico da Companhia. A natureza da provisão para perdas com processos judiciais está descrita na nota explicativa 16. i) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



o lucro: A Companhia realiza a amortização do Ágio advindo de incorporação, excluindo tal valor na apuração de resultado do IRPJ e CSLL de cada período. Em linha com o reconhecimento, foi realizada uma avaliação acerca da probabilidade de a autoridade fiscal aceitar o tratamento fiscal incerto adotado, sendo que uma vez que considerado provável, a Companhia registrou em sua posição contábil conforme o tratamento fiscal. A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, concluiu que, baseada na avaliação de que o êxito em caso de eventual questionamento é possível com viés de provável, de acordo com o ICPC 22 – Incertezas sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23) que seja reconhecida a legitimidade da amortização do ágio, tendo em vista os atuais precedentes administrativos e judiciais sobre o tema, bem como os consistentes argumentos de defesa desenvolvidos pela Companhia nos processos administrativos. Na hipótese de a compensação dos referidos saldos a ser questionada pelas Autoridades Fiscais, a Companhia entende que as chances de êxito são as mesmas que atribuídas ao tema ágio (Possível com viés provável), haja vista a direta vinculação entre as matérias, e considerando o atual cenário jurisprudencial avaliado. l) **Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ou produto ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes decorrem do tipo de operação de serviço ou venda e estão descritas a seguir: i) **Receita de arrendamento:** a) *Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:* A Companhia arrenda galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. Os arrendamentos são formalizados por meio de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Estes contratos determinam os termos e condições inerentes ao arrendamento, estando vigentes a partir da sua celebração, sendo disponibilizados os galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas, assim fica configurado o cumprimento da obrigação de desempenho. O contrato estabelece, entre outras condições: • O preço acordado entre as partes é cobrado em parcelas mensais fixas. O preço inclui os serviços de montagem e desmontagem, uma vez que as parcelas do arrendamento passam a ser cobradas somente após a aceitação pelos clientes, que é formalizada por meio de uma "carta de confirmação de conclusão da obra de montagem do galpão", onde os clientes atestam que as estruturas montadas atendem com o que foi contratado; e • O prazo de vigência dos contratos de arrendamento é em média de vinte meses, com atualização anual pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). A rescisão do contrato pelo cliente acarreta o pagamento de uma multa de 30% do valor total das parcelas a vencer. No mês subsequente ao início da utilização do galpão, as respectivas notas fiscais são emitidas com o valor mensal acordado contratualmente. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária. b) *Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 06/IFRS 16:* A receita é reconhecida ao longo do tempo de utilização dos bens arrendados: galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. O valor da receita a ser reconhecido é formalizado por meio de contratos de arrendamento que são cobrados mensalmente, de acordo com os prazos de locação acordados contratualmente. ii) *Receita da venda de galpões e peças:* a) *Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:* Os clientes obtêm controle dos galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas quando os produtos são entregues e aceitos pelo cliente. Nesse momento, as notas fiscais correspondentes são emitidas. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária. Os contratos segregam os preços de produtos e os serviços de montagem, uma vez que as obrigações de desempenho são cumpridas separadamente, ou seja, quando os produtos e suas estruturas são entregues. Os "aceites" dos clientes são formalizados quando os mesmos concordam com o recebimento dos produtos. O preço inclui os serviços de montagem, uma vez que a obrigação de desempenho só é cumprida após a aceitação dos clientes, que é formalizada por meio de uma "carta de confirmação", onde os clientes concordam com as estruturas montadas. b) *Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15:* A receita da venda de galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos incluem uma garantia, que é exercível apenas em raras circunstâncias de mau funcionamento dos produtos e, consequentemente, não restringe o reconhecimento da receita. Qualquer outro tipo de personalização ou modificação do produto original é cobrado como um serviço de manutenção. c) *Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo termos de pagamento significativos:* A Companhia presta serviços de montagem, desmontagem e manutenção. As vendas de serviços são formalizadas por meio de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes, que incluem os valores dos materiais utilizados além da mão de obra aplicada na prestação destes serviços. As notas fiscais são emitidas após a conclusão dos serviços prestados e possuem um vencimento padrão de trinta dias. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária. d) *Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15:* A receita é reconhecida ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os preços dos serviços são estabelecidos e formalizados em contrato, o qual é reconhecido após a conclusão do serviço prestado contratado pelo cliente. m) *Receitas e despesas financeiras:* As receitas e despesas financeiras da Companhia incluem: • Rendimentos sobre as contas a receber; • Receita de atualização monetária de créditos tributários; • Receita com aplicações financeiras; • Despesas de juros sobre empréstimos e debêntures; • Despesas bancárias; • Impostos sobre operações financeiras; • Despesa de juros sobre arrendamento mercantil; A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. n) *Mensuração ao valor justo:* Valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se um ativo ou passivo mensurado ao justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, a Companhia mensura os ativos e posições longas ao preço cotado e os passivos e posições curtas ao preço de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado no mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada. o) Benefícios

a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. p) **Demonstração de valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é exigida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas no Brasil. A DVA foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Consequentemente, para fins das IFRS, esta demonstração é apresentada como informação complementar, sem prejuízo das demonstrações financeiras.

5. **Pronunciamentos novos ou revisados:** a) *Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2024: Alterações à IFRS 16/ CPC 06 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:* Em setembro de 2022, o IASB divulgou alterações à IFRS 16 no que tange as transações de venda e retro-arrendamento. A alteração à IFRS 16 especifica os requisitos que um vendedor/arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação de venda e retro-arrendamento, para garantir que o vendedor/arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso. Essa norma não representa efeitos materiais para a Companhia. *Alterações à IAS 1/ CPC26 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:* Em novembro de 2022, o IASB divulgou alterações à IAS 1. A iniciativa visa melhorar as informações divulgadas por empresas sobre dívidas de longo prazo com *covenants*, e permitir que os investidores entendam o risco de que determinada dívida seja reembolsada antecipadamente. As modificações emitidas pelo IASB são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com adoção antecipada permitida. Essa norma não representa efeitos materiais para a Companhia. *Alterações à IAS 7/ CPC 03 Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:* Em dezembro de 2023, a IASB divulgou alterações à IAS 7 no que tange a divulgação de financiamento de fornecedores. Tais ajustes buscam aprimorar a divulgação desses acordos, exigindo que as entidades forneçam informações detalhadas para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar os impactos nos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez. Essa norma não representa efeitos materiais para a Companhia. b) *Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: Alterações à Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.* Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Em setembro de 2024, a IASB divulgou alterações aos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Os ajustes incluem novos critérios para avaliar a convertibilidade, detalham como estimar taxas de câmbio quando a moeda não é conversível e definem requisitos de divulgação para maior transparência sobre os impactos financeiros e riscos associados. *Alterações à IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.* Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Em 9 de abril de 2024, a IASB divulgou a nova norma de contabilidade, a norma visa melhorar a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores informações mais claras sobre o desempenho financeiro das empresas. Suas principais mudanças incluem: (1) padronização da estrutura da demonstração de resultados com três categorias definidas para receitas e despesas; (2) maior transparência nas medidas de desempenho definidas pela administração; e (3) melhor organização das informações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	448	489
Certificados de depósitos bancários (i)	93.773	83.563
Total	94.221	84.052
(i) Representados pelos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), denominadas em reais e remuneradas por taxas variáveis média em 31 de dezembro de 2024 de 101% (104% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).		
7. Contas a receber clientes		
Clientes	73.619	45.019
Perda de crédito esperada (a)	(7.160)	(817)
Total	66.459	44.202
(a) A despesa de perdas de crédito esperada foi registrada em perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas de créditos esperadas são, em geral, revertidas contra a baixa definitiva do título. A tabela abaixo demonstra a composição por idade de vencimento (<i>aging list</i>) das contas a receber de clientes:		
	31/12/2024	31/12/2023
	Valor bruto	Valor bruto
A vencer	53.650	36.485
Vencidos:		
Até 30 dias	5.466	3.888
31 a 60 dias	2.126	1.974
61 a 90 dias	2.589	1.171
91 a 180 dias	2.756	720
181 a 360 dias	6.405	683
Vencido há mais 361 dias	627	98
Total	73.619	45.019

A Companhia não considera na provisão de perda as renegociações formalizadas por meio de instrumentos de confissão de dívida. Adicionalmente em um dos casos, a obrigação está garantida por meio de hipoteca, enquanto, nas demais situações, os acordos foram firmados com a inclusão de fiadores como garantia adicional. Essas condições visam assegurar maior proteção quanto à recuperação dos valores devidos. A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	(817)	(414)
(Adições) reversões de provisão	(7.240)	(1.117)
Baixa efetiva para perdas	897	714
Saldo em 31 de dezembro	(7.160)	(817)

	31/12/2024	31/12/2023
8. Impostos a recuperar		
IRPJ	161	1.053
PIS e COFINS	709	265
ICMS	144	-
INSS a recuperar	1.178	175
Crédito PIS e COFINS sobre ICMS	4	4
Imposto de Renda e Contribuição Social	500	458
Total	2.696	1.955

9. **Despesas antecipadas**

	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas antecipadas (i)	616	2.215
Total	616	2.215

(i) Em maio de 2023, a Companhia firmou uma nova apólice referente a seguro garantia judicial, o qual contempla o prêmio líquido de 1.779, referente ao período de maio de 2023 até maio de 2028.

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	10%	11.426	1.280
Estruturas	7%	183.318	96.391
Coberturas	9%	136.223	45.815
Accessórios e componentes	9%	38.833	9.961
Direitos de uso	20% à 50%	22.058	7.463
Imobilizado em andamento	-	14.271	12.592
Outros	4% à 20%	18.506	9.835
Total		424.635	239.619

	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	11.998	184.609
Estruturas	636	184.609
Coberturas	(579)	(15.075)
Transferências	-	12.738
Custo em 31 de dezembro de 2023	11.255	182.272
Adições	171	-
Baixas	-	(13.733)
Transferências	-	14.779
Saldo em 31 de dezembro 2024	11.426	183.318

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	(9.357)	(72.879)
Adições	(861)	(12.719)
Baixas	490	6.703
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(9.728)	(78.895)
Adições	(418)	(13.101)
Baixas	-	4.469
Saldo em 31 de dezembro 2024	(10.146)	(86.927)

	31/12/2024	31/12/2023
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	1.527	103.377
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	1.280	96.391

(i) O grupo de Outros é composto por veículos, móveis e utensílios, equipamentos de informática, ferramentas, benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações.

a) **Baixas de imobilizado Galpão:** No ano de 2024 a Companhia realizou baixas de ativos operacionais (classificados como estruturas, coberturas e acessórios e componentes), no montante de R\$14.853, sendo: R\$1.627 referente ao inventário físico realizado em suas unidades (Embu), R\$11.501 relacionado às vendas de Galpões e peças, R\$1.198 referente ao processo *Retrait* dado pelo reaproveitamento de peças como matéria prima e R\$527 relativos a baixas ocorridas no processo de desmontagem e garantia. Para outros ativos imobilizados não operacionais, no ano de 2024, (classificados como máquinas e equipamentos, outros e imobilizado em andamento) a Companhia realizou a baixa no montante de R\$2.112. Para os arrendamentos, a Companhia realizou baixas no montante de R\$3.919, no ano anterior referido.

11. **Passivo de arrendamento**

Rubrica	Encargos	Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos	14,90% a.a.	Direito de uso de imóveis e veículos	7.296	10.550
			7.296	10.550
Passivo circulante			1.901	2.942
Passivo não circulante			5.395	7.608

A Companhia arrenda imóveis e veículos. Esses arrendamentos possuem opção de renovação automática. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. As taxas de juros

aplicadas foram as mesmas de empréstimos incremental para cálculo do desconto a valor presente de CDI + 14,90%. As posições financeiras relativas aos contratos de arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	10.550	8.225
Adição (nota explicativa 10)	2.080	10.887
Provisão de juros	1.296	1.309
Pagamentos	(4.898)	(5.802)
Juros pagos	(1.296)	(1.309)
Baixas (nota explicativa 10)	(436)	(1.640)
Outras movimentações, líquida	-	(320)
Saldo em 31 de dezembro	7.296	10.550

Os montantes registrados no passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	2.942
2025	1.901	2.130
2026	2.081	2.081
2027	2.922	2.392
2028	922	1.005
Total	7.296	10.550

	31/12/2024	31/12/2023
a) Valores reconhecidos no resultado.		
Depreciação (nota explicativa 10)	6.539	4.761
Juros sobre arrendamentos (nota explicativa 20)	(1.296)	(1.309)

Apresentamos uma tabela a seguir indicando o direito potencial de PIS/COFINS recuperável incluído na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos ajustados a valor presente:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação de arrendamento	13.706	7.296
PIS e COFINS	1.268	675

	Encargos	Natureza
Debêntures 3.a. emissão (i)	100% CDI + 3,25% a.a.	Fluxo de caixa
Capital de Giro (ii)	100% CDI + 4,99% a.a.	Investimento

b) Movimentação de empréstimos e debêntures:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	176.928	186.584
Pagamento de principal	(39.250)	(10.250)
Pagamento de juros	(23.042)	(29.353)
Juros provisionados (nota explicativa 20)	22.653	29.317
Total	136.659	176.298

Os montantes de empréstimos e debêntures registrados no passivo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	24.015
2025	35.347	37.042
2026	62.831	72.000
2027	39.438	45.000
(-) Gastos com emissão de dívida (*)	(957)	(1.759)
Total	136.659	176.298

(*) Os montantes com gastos de emissão de dívidas classificados a curto prazo são de R\$624 em 31 de dezembro de 2024 (R\$802 em 31 de dezembro de 2023). *Emissão de debêntures:* i. 3ª Emissão: Em 20 de abril de 2022, a Tópico realizou terceira emissão de debêntures em série única no valor nominal de R\$1,00 (um real) e valor total deste título de crédito de montante de R\$180.000. O saldo do valor nominal unitário terá amortizações trimestrais e consecutivas nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com carência de um ano sendo que a primeira amortização de juros ocorrerá em julho de 2022 e a primeira amortização de principal ocorreu em julho de 2023, a última ocorrerá em janeiro de 2027 conforme termos da escritura desta emissão. A taxa de juros desta debênture é de CDI + 3,25% a.a. Como garantia, a Companhia tem a obrigação de assegurar-se de que a soma do fluxo financeiro mensal dos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data-base corresponda a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo do valor total da emissão ou conforme o caso, do saldo devedor legal previsto na respectiva data-base. Adicionalmente, o fluxo mensal não poderá ser inferior a R\$8.000 em recebíveis de locação, em qualquer mês individual ("fluxo mínimo mensal"), transitando em conta corrente "Escrow" do Banco Santander. A escritura da debênture contém cláusula contratual restritiva (*covenants*) que estabelece que ao final de cada exercício o índice financeiro calculado pela razão entre a Dívida Líquida e a *EBITDA* deverá ser inferior a 2,50 (dois e meio), e o montante de caixa e aplicações financeiras deverá ser superior a R\$5.000. Na ocorrência de qualquer dos eventos acima a dívida se torna imediatamente vencida. A Companhia monitora o indicador de *covenants* acima mencionado, que em 31 de dezembro de 2024 e 2023, alcançaram os seguintes patamares:

	31/12/2024	31/12/2023
Memória de cálculo dos <i>covenants</i>		
Lucro bruto	137.505	96.309
Despesas comerciais	(9.288)	(7.429)
Despesas administrativas	(19.064)	(21.285)
Depreciação e amortização	39.112	39.334
Receita/despesas não recorrente	(27.123)	-
EBITDA (*)	121.142	106.929
Dívida líquida de caixa (a)	43.395	94.005
Índice calculado	0,36	0,88

(*) Conforme contrato de debêntures, a definição do cálculo do *EBITDA*: significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação e amortização. (a) A seguir demonstramos a composição da Dívida Líquida de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e debêntures	136.659	176.298
Gastos com emissão de dívidas	957	1.759
Caixa e equivalente caixa	(94.221)	(84.052)
Dívida líquida de caixa	43.395	94.005

Empréstimos: ii) Em 2 de outubro de 2020 a Companhia contraiu uma captação de R\$5.000 junto ao Banco ABC, a título de Capital de Giro, com garantia do BNDES. Este empréstimo tem carência de doze meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante sessenta meses com prazo final em outubro de 2022, o contrato é livre de garantias e *covenants*.

	31/12/2024	31/12/2023
13. Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores de materiais	2.947	2.168
Fornecedores de serviços e outros	10.852	13.846
Partes relacionadas - (nota explicativa 22)	389	389
Total	14.188	16.403
Circulante	14.188	15.336
Não circulante	-	1.067

31 de dezembro de 2024	Custos e Produtos Vendidos	Despesas Comerciais	Despesas Administrativas e Gerais	Outras Receitas (Despesas), líquidas	Total
Fretes e carretos	(10.373)	-	(38)	-	(10.411)
Acomodação e viagens	(7.697)	(173)	(832)	-	(8.702)
Assessoria jurídica e consultoria	(679)	(15)	(4.898)	-	(5.592)
Serviços de terceiros	(1.394)	(437)	(2.235)	-	(4.066)
Provisão para demandas judiciais	-	(345)	(133)	-	(488)
Crédito de PIS e COFINS	5.370	-	190	-	5.560
Recuperação de despesas (b)	19.496	-	-	-	19.496
Outros	(1.564)	-	(753)	(267)	(3.055)
Total	(113.527)	(9.288)	(19.064)	(267)	(142.146)

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a conta de custo de desmobilização de ativo apresentava a seguinte divisão: R\$12.158 relacionado às vendas de Galpões e peças, com efeito caixa, e R\$1.023 referente ao processo *Retrofit*. (b) Em 2024, a Companhia incorreu em perdas não recorrentes, no contrato com o cliente Vale, geradas por capacidade não aproveitada decorrente de atraso na desmontagem dos galpões pelo fornecedor anterior da Vale, que por consequência não liberou as áreas para a montagem dos Galpões da Companhia. Em decorrência desse fato a Companhia reconheceu as perdas na rubrica de custos de contratos com clientes, o montante de R\$19.496.

31 de dezembro de 2023	Custos e Produtos Vendidos	Despesas Comerciais	Despesas Administrativas e Gerais	Outras Receitas (Despesas), líquidas	Total
Consumo de materiais e estoque	(11.547)	-	-	-	(11.547)
Custo da desmobilização de ativo (a)	(8.875)	-	-	-	(8.875)
Provisão e/ou Perda operacional (b)	(4.948)	-	-	-	(4.948)
Manutenção e outros materiais	(3.241)	(6)	(454)	-	(3.701)
Salários e encargos	(25.679)	(6.237)	(11.847)	-	(43.763)
Montagem	(7.034)	-	-	-	(7.034)
Depreciação do imobilizado	(38.616)	-	(265)	-	(38.881)
Amortização do intangível	(453)	-	-	-	(453)
Aluguéis de equipamentos	(17.840)	(2)	(7)	-	(17.849)
Fretes e carretos	(10.544)	-	(1)	-	(10.545)
Acomodação e viagens	(14.242)	(673)	(229)	-	(15.144)
Assessoria jurídica e consultoria	(897)	(5)	(4.684)	-	(5.586)
Serviços de terceiros	(2.407)	(360)	(2.167)	-	(4.934)
Provisão para demandas judiciais	(646)	-	(564)	-	(1.210)
Crédito de PIS e COFINS	4.536	-	-	-	4.536
Resultado na venda de imobilizado	-	-	-	(127)	(127)
Outros	(1.738)	(146)	(1.068)	(527)	(3.379)
Total	(144.171)	(7.429)	(21.285)	548	(172.337)

20. Despesas financeiras líquidas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras	(22.653)	(29.317)
Juros sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa 12)	-	-
Juros sobre arrendamento mercantil (nota explicativa 11)	(1.296)	(1.309)
Despesas bancárias	(201)	(206)
Impostos sobre operações financeiras	(83)	(292)
Outras despesas financeiras	(624)	(266)
Recargas financeiras	(24.857)	(31.390)
Recargas com aplicações financeiras	9.548	7.653
Rendimentos sobre contas a receber	889	707
Atualização monetária	-	57
Outras receitas financeiras	280	1.904
Total	(10.717)	(10.321)
Resultado financeiro, líquido	(14.140)	(21.069)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na

Classificação dos instrumentos financeiros	Classificação por categoria	Nota	Hierarquia do valor justo	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	6		448	489
Investimentos financeiros					
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	6	Nível 2	93.773	83.563
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	7		66.459	44.202
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	13		14.188	16.403
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	12	Nível 2	136.659	193.469
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	11	Nível 2	7.296	10.549

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber: *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. *Nível 2* - Inputs, exceto os preços cotados incluídos no *Nível 1*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). *Nível 3* - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (insusm não observáveis). As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os ativos e passivos de instrumentos financeiros ao valor justo incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e • Análise de fluxos de caixa descontados. b) Gerenciamento dos riscos financeiros: A Tópico está exposta a vários riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir: i) *Risco de crédito*: Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que não tem garantias. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes quirográficos estão integralmente registradas no valor total. Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito são:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	94.224	84.052
Contas a receber de clientes	66.459	44.202
Total	160.680	128.254

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos em bancos e instituições financeiras é administrado pelo Departamento de Tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria Executiva. Os recursos excedentes são investidos de forma a minimizar a concentração de risco e, portanto, mitigar perdas financeiras em caso de eventual falência de uma

Aos Administradores e Acionistas da Tópico **Localizações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Tópico Localizações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos**: Conforme divulgado na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras a Companhia possui registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$33.569 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição e diferenças temporárias, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudo técnico realizado por meio de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Na determinação dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza-se de certas premissas, tais como estimativas de receitas de locações, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e

Despesas Administrativas e Gerais	Despesas Comerciais	Outras Receitas (Despesas), líquidas	Total
(38)	-	-	(10.411)
(832)	-	-	(8.702)
(4.898)	-	-	(5.592)
(2.235)	-	-	(4.066)
(133)	-	-	(488)
190	-	-	5.560
-	-	-	19.496
(753)	-	(267)	(3.055)
(19.064)	-	(267)	(142.146)

Despesas Administrativas e Gerais	Despesas Comerciais	Outras Receitas (Despesas), líquidas	Total
-	-	-	(11.547)
-	-	-	(8.875)
-	-	-	(4.948)
(454)	(6)	-	(3.701)
(11.847)	(6.237)	-	(43.763)
-	-	-	(7.034)
(265)	-	-	(38.881)
-	-	-	(453)
(7)	(2)	-	(17.849)
(1)	-	-	(10.545)
(229)	(673)	-	(15.144)
(4.684)	(5)	-	(5.586)
(2.167)	(360)	-	(4.934)
(564)	-	-	(1.210)
-	-	-	4.536
-	-	-	(127)
(1.068)	(146)	(527)	(3.379)
(21.285)	(7.429)	548	(172.337)

contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. A Tópico não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Tópico avaliou os seus ativos e passivos financeiros que são apresentados ao custo amortizado. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. a) *Classificação contábil e valores justos*: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Tópico tinha os seguintes instrumentos financeiros não derivativos. Exceto pelos empréstimos e debêntures, os valores justos dos instrumentos financeiros não apresentaram variações em relação aos saldos contábeis correspondentes.

Classificação dos instrumentos financeiros	Classificação por categoria	Nota	Hierarquia do valor justo	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	6		448	489
Investimentos financeiros					
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	6	Nível 2	93.773	83.563
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	7		66.459	44.202
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	13		14.188	16.403
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	12	Nível 2	136.659	193.469
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	11	Nível 2	7.296	10.549

contraparte. O período máximo considerado na estimativa da perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. A qualidade e a exposição máxima ao risco de crédito são determinadas apenas no nível nacional ("Br") para equivalentes de caixa, depósitos bancários remunerados e depósitos bancários remunerados restritos, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação nacional de AAA	50.488	63.711
Classificação nacional de AA	43.733	20.341
Total	94.221	84.052

Contas a receber de clientes: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de inadimplência. A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente para verificar sua situação financeira antes que a Administração apresente uma proposta de limite de crédito e prazos de pagamento. A revisão realizada pela Companhia inclui classificações externas, se disponíveis, informações de mercado e, em alguns casos, referências bancárias. A Companhia tem clientes inadimplentes e monitora a posição de cada um individualmente, podendo chegar a uma possível interrupção na prestação do serviço. Apesar de a carteira de clientes não apresentar um histórico significativo de inadimplência, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas, que considera uma taxa média ponderada de perda esperada, cuja metodologia de cálculo está explicada na Nota 4.b. IV. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2024 é de 0,28% (0,28% em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber era:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	66.459	44.202

A carteira de clientes da Companhia é composta por aproximadamente 516 clientes, nenhum dos quais representa mais de 10% das vendas. Consequentemente, o alto volume de clientes minimiza o risco de impactos significativos provocados pela inadimplência. Adicionalmente, a Companhia

limita a exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e dois meses para os clientes. ii) *Risco de liquidez*: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível do seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos no mercado ativo superior aos desembolsos de caixa para a liquidação de passivos financeiros (exceto para "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando a expectativa de entrada de caixa, e de caixa e equivalentes de caixa, esperada. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de desembolsos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para atingir essas projeções e a manutenção dos planos de financiamento da dívida. Isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Os vencimentos contratuais dos passivos financeiros, pela posição líquida em 31 de dezembro de 2024, são apresentados abaixo:

	Valor Nota contábil	Até 06 meses	06-12 meses	01-02 Anos	02-05 Anos
Empréstimo e debêntures	12 (136.659)	(15.647)	(19.700)	(61.874)	(39.438)
Passivo de arrendamentos	11 (7.296)	-	(1.901)	(2.081)	(3.314)
Fornecedores e outras contas a pagar	13 (14.188)	(14.188)	-	-	-
Total	(158.143)	(29.835)	(21.601)	(63.955)	(42.752)

Os vencimentos contratuais dos passivos financeiros, pela posição líquida em 31 de dezembro de 2023, são apresentados abaixo:

	Valor Nota contábil	Até 06 meses	06-12 meses	01-02 Anos	02-05 Anos
Empréstimo e debêntures	12 (176.298)	(13.969)	(9.244)	(36.437)	(116.648)
Passivo de arrendamentos	11 (10.550)	(1.576)	(1.366)	(2.130)	(5.478)
Fornecedores e outras contas a pagar	13 (16.403)	(16.403)	-	-	-
Total	(203.251)	(31.948)	(10.610)	(38.567)	(122.126)

Em 31 de dezembro de 2024:

Transações	Exposição	Risco	Probabilidade da taxa média	cenário 1 (i)	cenário 2 deteriorações de 25% (i)	cenário 3 deteriorações de 50% (i)
Instrumentos financeiros	93.773	acréscimo do CDI	10,19%	9.555	11.944	14.333
Debêntures	(135.604)	acréscimo do CDI	10,19%	(13.818)	(17.273)	(20.727)
Empréstimos (capital de giro)	(1.055)	acréscimo do CDI	10,19%	(108)	(135)	(162)
Variação de exposição (fluxo de caixa líquido)	(42.886)			(4.371)	(5.464)	(6.556)

(i) Corresponde ao impacto anual (ou seja, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança já tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2024 e se não houvesse impacto nos demais fatores.

22. Partes relacionadas: a) Transações entre partes relacionadas:

Outras contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de indenização (i) (Nota explicativa 16)	233	258
	233	258
Total de ativos com partes relacionadas	233	258

Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Ricardo Vantini (ii) (nota explicativa 13)	(389)	(389)
	(389)	(389)
Total de passivos com partes relacionadas	(389)	(389)

(i) Ativo de indenização: O montante de R\$233 de outras contas a receber no longo prazo em 31 de dezembro de 2024 (R\$258 em 31 de dezembro de 2023), referem-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações civis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionistas. (ii) Passivo relativo a processos de demandas judiciais pagos pelo Sr. Ricardo Vantini, conforme acordo de acionistas devem ser reembolsados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 o montante devido era de R\$389 (R\$389 em 31 de dezembro de 2023). b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os benefícios de curto prazo compostos por pró-labore e contribuições para a previdência social,

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	46.341	35.747
Custo de Vendas	(20.957)	(21.431)
Lucro bruto	25.384	14.316
Despesas gerais, comerciais e administrativas	(6.570)	(4.434)
Outras receitas	(49)	81
Lucro operacional antes das receitas e custos financeiros e impostos	18.765	9.963
Despesas financeiras	(4.589)	(4.666)
Receitas financeiras	1.978	1.534
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.155	6.831
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.227)	(2.401)
Lucro líquido do exercício	10.928	4.430
Ativos dos segmentos reportáveis	71.746	55.715
Passivos dos segmentos reportáveis	(37.069)	(33.616)

25. Seguros: A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

Tipo de seguros	Valor	Cobertura
Risco de responsabilidade Civil	58.000	
Risco de engenharia	6.000	
Finanças locatícias	1.207	